



AS TEIAS DE TEREZA

A MINISTRA BRASILEIRA QUE COMANDA A AGRICULTURA TEM HISTÓRICO DE COMBATE A POVOS INDÍGENAS E A CAUSAS AMBIENTAIS

INTRODUÇÃO

O Brasil possui um papel fundamental na contenção da mudança climática. Seja pelo potencial do país como guardião da maior biodiversidade do planeta, abrigando dois terços da floresta amazônica, seja pelo desequilíbrio em suas emissões de gases do efeito estufa, causadas pela crescente indústria da agricultura e pecuária, o que acontece na política socioambiental brasileira tem repercussão global.

Apoiado pela chamada “bancada ruralista” - grupo de parlamentares pró-agronegócio que controla metade do Congresso brasileiro -, o líder de extrema-direita Jair Messias Bolsonaro foi eleito nas eleições presidenciais de outubro de 2018 com uma plataforma explicitamente antiambientalista¹ e agressiva aos direitos indígenas e dos demais povos tradicionais.

Logo no primeiro dia de seu mandato, o presidente Bolsonaro assinou um decreto transferindo a responsabilidade pela demarcação de terras indígenas do Ministério da Justiça para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, atendendo a uma demanda antiga do agronegócio brasileiro, que pretende travar novas demarcações. Encorpada, a pasta de Agricultura também opinará sobre o licenciamento ambiental de projetos que impactem terras indígenas. E não é só: durante a campanha eleitoral, Bolsonaro afirmou diversas vezes o interesse em revisar demarcações antigas.

Para comandar o Ministério da Agricultura durante os próximos quatro anos (2019-2022), o presidente Bolsonaro escolheu Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias, herdeira de uma das mais poderosas e influentes famílias dos estados de

Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Foi ali que Tereza Cristina construiu sua trajetória política, marcada pelo conflito de interesses, e onde ainda mantém negócios.

A história dos Corrêa da Costa começa em meados do século XIX e se confunde com a própria colonização dos dois estados, que até 1979 formavam uma só unidade da federação. Uma trajetória marcada ao longo deste período pela violência contra indígenas e povos tradicionais, devastação do meio ambiente, invasão de terras públicas para atender a interesses privados e mercantilização do território.

DE LOBISTA A MUSA DO VENENO

Filiada ao partido Democratas do Mato Grosso do Sul – sucessor da ARENA, partido de sustentação da ditadura militar no Brasil, entre 1964 e 1985 - Tereza Cristina teve uma atuação marcante como lobbista das entidades de classe em seu estado-natal. Antes de entrar na política, ela foi dirigente da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul), da Associação dos Produtores de Sementes de Mato Grosso do Sul (Aprosul), da Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul (Acrissul) e de Sindicatos Rurais nos municípios de Sonora, Terenos e Campo Grande. Ela é formada em Engenharia Agrônoma pela Universidade Federal de Viçosa (Minas Gerais) e trabalhou para empresas multinacionais do setor de alimentos em São Paulo antes de voltar para seu estado natal.²

A ministra da Agricultura de Jair Bolsonaro venceu sua primeira eleição à Câmara dos Deputados em 2014. Nos quatro anos seguintes, ela apoiou propostas como o Programa Nacional de Regularização Fundiária, que ficou conhecido como “MP da Grilagem”. A medida foi

apresentada a pretexto de favorecer pequenos proprietários, mas permitiu a legalização massiva de áreas públicas invadidas, abrindo caminho ao agravamento do desmatamento e dos conflitos de terras, principalmente na Amazônia.³ Ela também retirou exigências ambientais para a regularização fundiária, o que também estimula o desflorestamento, além de ampliar o desconto para agricultores inadimplentes no crédito rural.

“GRILAGEM”

No Brasil, o fenômeno global do land grabbing apresenta uma faceta ilegal chamada “grilagem”. O termo é utilizado por conta de um método usado para forjar documentos: eles são colocados em uma gaveta junto com grilos, para que aparentem ser mais antigos. Essa fraude foi usada em diversas regiões do país para alegar presença mais antiga em terras públicas e justificar desapropriações em favor dos ocupantes, geralmente grandes fazendeiros. Apesar de outras formas mais sofisticadas de falsificação da propriedade das terras terem surgido, o termo continuou a designar esse tipo de prática ilegal, diretamente associada à violência: expulsão de camponeses e povos indígenas.

Como deputada, Tereza Cristina também votou pela diminuição da área protegida da Floresta Nacional Jamanxim⁴, considerada um santuário de espécies amazônicas, e a segunda área protegida que mais sofreu com o desmatamento nos últimos anos. A redução era uma demanda de garimpeiros e ruralistas, já que a área está sendo continuamente invadida e loteada para a expansão da agropecuária. O projeto também reduzia outras duas unidades de conservação: a do Parque Nacional de São Joaquim, no sul do Brasil, e a Reserva Biológica Nascentes da Serra do Cachimbo, na Amazônia. Além de ameaçar as três regiões em si, a proposta, que acabaria vetada pelo ex-presidente Michel Temer (2016-2018), criava um precedente para reduções no tamanho de outras áreas de proteção ambiental e para a exploração comercial de partes delas.

Como integrante da base do governo Temer, Tereza Cristina votou a favor de diversos projetos com impacto negativo para o meio ambiente e a população brasileira⁵, como a terceirização irrestrita da mão de obra, o teto dos gastos públicos que reduz a capacidade de investimentos na saúde e na educação, e a reforma trabalhista, que tirou direitos dos trabalhadores tanto na cidade como no campo. As medidas foram adotadas sob o argumento da necessidade de diminuir custos para a geração de novos empregos e do equilíbrio das contas públicas, mas são apontadas pelos seus críticos como medidas que aumentarão a desigualdade social no Brasil.

Tereza Cristina também foi favorável ao fim da exigência de identificação de organismos geneticamente modificados (OGMs) no rótulo dos alimentos. Pela proposta, as empresas não seriam mais obrigadas a colocar no rótulo a informação sobre o uso de transgênicos, caso eles representassem menos de 1% do produto. Acima desta quantidade, o uso de produtos geneticamente modificados teria de constar no rótulo, mas sem o símbolo amarelo com T, hoje obrigatório no país para esse tipo de alimento.

Para o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), esse projeto representa um grave retrocesso e uma afronta aos direitos dos consumidores, pois impede a informação clara e precisa sobre o uso de ingredientes transgênicos em diversos produtos.⁶ Além disso, a proposta é uma violação ao Código de Defesa do Consumidor, pois exclui do produtora obrigatoriedade de informar sobre as características do produto, independentemente da quantidade de transgênicos existente em sua composição. A indústria alimentícia, diretamente interessada no projeto, foi a principal apoiadora de sua tramitação.

Mas sua atuação de maior destaque foi como presidente da comissão especial que analisou um projeto de lei que pretende liberar uma série de agrotóxicos atualmente proibidos e aumentar a autonomia do Ministério da Agricultura – hoje chefiado por Tereza Cristina – para liberar novas

substâncias, em detrimento dos demais órgãos técnicos, como Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama). O projeto, que deve ser votado pelo plenário da Câmara dos Deputados em 2019, ficou conhecido ironicamente pelos movimentos sociais como PL do Veneno. O empenho de Tereza Cristina pela aprovação do projeto, que estava parado no Congresso fazia mais de 15 anos, lhe valeu o apelido de Musa do Veneno.⁷

A TERRA DO AGRONEGÓCIO... E DOS CONFLITOS

Localizados no principal polo de produção de commodities agrícolas do planeta, na região Centro-Oeste do Brasil, os dois estados onde Tereza Cristina construiu sua carreira política estão entre os principais palcos do agronegócio no país.

O Mato Grosso detém a maior produção de grãos entre as unidades da federação, estimada em 61.71 milhões de toneladas durante a safra 2017/2018,⁸ com destaque para soja, milho e algodão. São 10.03 milhões de hectares em lavouras, uma área equivalente ao Líbano.⁹ O estado também se destaca pela pecuária: os 17.71 milhões de hectares destinados à criação de gado representam um território do tamanho do Kuwait.

No Mato Grosso do Sul, o território coberto pela soja é mais acanhado em comparação ao vizinho do norte: “apenas” 2.84 milhões de hectares, uma área similar à de Luxemburgo. O foco do estado está na pecuária, com 14.09 milhões de hectares em pastagens, uma Irlanda do Norte ocupada por bois. Ali também fica a 2ª maior produção de eucalipto do Brasil e a 4ª de cana-de-açúcar. As duas somam, em extensão territorial, 1.73 milhão de hectares.¹⁰

É justamente na distribuição das terras produtivas que reside a raiz dos conflitos que transformaram essa região do país em um dos principais focos da violência no campo. O Mato Grosso do Sul é dono da pior distribuição de terras do Brasil:

92.1% da área do estado está em imóveis privados, sendo que, desse total, 83% está em grandes propriedades. Apenas 3.4% do território se encontra sob alguma modalidade de proteção ambiental.¹¹

O Mato Grosso não fica muito atrás: 69.6% da área do estado é privada, sendo 70% em grandes propriedades. No entanto, há uma divisão. Boa parte das áreas protegidas está na floresta amazônica. Se consideramos apenas o bioma Cerrado – o mais ameaçado do Brasil – o número de terras privadas salta para 77.8%.¹²

Esses conflitos fundiários, muitas vezes armados, resultam em mortes de indígenas e em sua expulsão das terras ocupadas por seus antepassados, além de vitimar também camponeses e quilombolas. Em 2017, ano dos últimos dados consolidados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Mato Grosso foi o quarto estado com maior número de mortes no campo em razão de conflitos territoriais. Foram 9 mortes, atrás do Pará (22), Rondônia (17) e Bahia (10). No estado houve 62 conflitos, três ameaçados de morte e quatro vítimas de tortura. No Mato Grosso do Sul, palco do genocídio contra o povo Guarani Kaiowá, foram duas mortes diretamente relacionadas aos conflitos. Ao todo, o estado teve 45 conflitos agrários.¹³

Tereza Cristina, bem como muitos de seus parentes nos dois estados, é proprietária rural e tem um lado claro nestas disputas. No ministério, ela representa o interesse desses grupos ligados à monocultura agrícola para exportação e a pecuária. Ao longo de sua trajetória política, iniciada na década passada, a ministra também já deixou clara a sua intenção de favorecer esses grupos, seja pela apresentação e defesa de projetos, no mandato que exerceu como deputada federal (2015-2018), ou pela concessão de benefícios fiscais quando esteve à frente da Secretaria de Desenvolvimento Agrário, Produção, Indústria, Comércio e Turismo do Mato Grosso do Sul (2007-2014).

QUEM FINANCIA A MINISTRA?

As votações dela vão além de posições políticas. Os interesses pelo agronegócio têm duas razões bem claras. A primeira é pessoal. Tereza Cristina é proprietária de 5.600 hectares de terras nos municípios de Terenos e Corumbá, no Mato Grosso do Sul.

No total, ela declarou à Justiça Eleitoral R\$ 5,16 milhões em bens na eleição de 2018.¹⁴ Além das terras, ela aparece como sócia na MMT Nutrição Animal, e a GSR Administração de Bens e Imóveis Próprios, ao lado dos filhos Caio Benjamin Dias Filho, Luiz Felipe Corrêa da Costa Dias e Ana Luísa Corrêa da Costa Dias Esteves.

Outra razão é eleitoral. Em 2014, entre grandes empresas e pessoas físicas ligadas ao agronegócio, a deputada recebeu R\$ 2,9 milhões dos R\$ 4,3 milhões que custearam sua campanha, a mais cara entre os deputados federais do Mato Grosso do Sul eleitos naquele ano. Sua campanha recebeu doações de diversas empresas e entidades ligadas ao agronegócio, inclusive de outros estados, entre elas, gigantes como a Braskem, a Cosan, a Spal (do grupo Coca-Cola Femsa), Fibria, Melhoramentos e JBS.¹⁵

Uma das doadoras foi a Coplana, empresa que comercializa agrotóxicos e, por isso, muito interessada na aprovação da PL do Veneno. Em 2014, ela doou R\$ 35 mil. Em 2018, com o início de uma lei proibindo as doações eleitorais realizadas por empresas, Tereza Cristina recebeu R\$ 15 mil de um membro do conselho consultivo da Coplana, Ismael Perina Júnior.

Em 2014, a grande doadora foi a Iaco Agrícola, com R\$ 1 milhão. Uma gigante do setor que produz cana, carne e eucalipto. Suas atividades são em Chapadão do Sul, no norte do estado. A empresa inaugurou sua primeira planta industrial durante a gestão de Tereza Cristina à frente da Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Mato Grosso do Sul, entre 2007 e 2014.

Outra grande doadora em 2014 foi a Adecoagro, a imobiliária agrícola transnacional de George

Soros, que investiu R\$ 600 mil na campanha da deputada. A empresa tem um leque grande de atividades, principalmente cana, com usinas em Ivinhema e Angélica. Desde sua chegada ao Brasil, a Adecoagro adquiriu 164 mil hectares. A liberação da venda de terras para estrangeiros, hoje restrita no país, é um dos assuntos pendentes de votação no Congresso em 2019. Como secretária de Desenvolvimento Agrário, ela esteve entre as principais incentivadoras da ida da empresa de Soros para o Mato Grosso do Sul.

Na mesma região, em Nova Alvorada do Sul, está a Agro Energia Santa Luzia, do grupo Odebrecht, que, há quatro anos, doou R\$ 165 mil para a deputada. Empresa cara à secretária, já que recebeu R\$ 53 milhões no estado em incentivos fiscais no período em que o governo era comandado por André Puccinelli, hoje preso por comandar um esquema de propinas de R\$ 230 milhões.

A Agropecuária Maragogipe doou R\$ 15 mil naquela ocasião. Com sede no Rio Grande do Sul, a empresa tem braços em Itacarai e Iguatemi. O dono da empresa, Wilson Brochman, foi investigado pela Polícia Federal por usar empresas de fachada para evasão de divisas por meio de transações denominadas “dólar-cabo”.

Entre os doadores individuais aparece Renato Eugenio Rezende Barbosa, proprietário da Cosan, que doou R\$ 55 mil para a deputada. Não é à toa que Barbosa, dono de terras no Brasil e no Paraguai, apoia a deputada. Tereza sempre foi uma grande defensora das usinas de cana no estado, como deixou claro em uma entrevista de 2010: “O Mato Grosso do Sul é o melhor lugar para produzir etanol. Temos terra com valor competitivo, solo apropriado e localização próxima aos centros consumidores”. Rezende Barbosa tem fazenda incidente em terra indígena, a Amambaipeguá I.

Outro dos doadores foi Jacintho Honório Silva Filho, um fazendeiro famoso por ter sido acusado de mandar matar o cacique Marcos Veron, da etnia Guarani Kaiowá. Veron perdeu a

vida em 2003, vendo seus companheiros serem torturados, no município de Juti, no Mato Grosso do Sul. Dono da fazenda Brasília do Sul, onde aconteceu o assassinato, Honório responde em liberdade até hoje.¹⁶ Ele doou R\$ 30 mil para Tereza Cristina se eleger em 2014. Em 2018, foi a vez do seu filho, Jacintho Honório Silva Neto, que também responde ao processo, doar R\$ 10 mil. Outro doador que chama atenção é John Francis Walton, fazendeiro em Caarapó. Ele possui uma fazenda com área incidente na Terra Indígena Amambaieguá I. O pecuarista tem tentado passar o ônus da questão para os indígenas, acusando-os de roubar seu gado. Ele doou R\$ 5 mil para a deputada, em 2014, e a mesma quantia, em 2018.

MINISTRA DISPUTA TERRAS COM A JBS

O grupo JBS, de quem ela recebeu R\$ 133 mil, está entre os que financiaram a campanha indiretamente. Os recursos foram repassados pelo diretório estadual e por outros candidatos do partido. A proximidade de Tereza Cristina com a JBS é anterior à campanha eleitoral. Ela concedeu incentivos fiscais à JBS em 2013, quando era secretária.¹⁷ A ligação entre a JBS e Tereza, em meio às costuras políticas, tem uma face econômica, mas está abalada e provocando uma briga judicial.

A Fazenda Santa Cristina, em Terenos, é uma das terras da deputada. A propriedade foi hipotecada pela JBS em 2009, quando Tereza Cristina era secretária estadual e procuradora de sua mãe, Maria Manoelita Alves de Lima Corrêa, falecida em 2010. O arrendamento foi feito em nome da mãe da deputada. Ele previa o confinamento e criação de bois para a JBS, que renderia quase R\$ 1 milhão de faturamento para a pecuarista.

No entanto, conforme processo que corre na Justiça sul-mato-grossense, Tereza Cristina deixou de entregar 6.246 arrobas de boi gordo. Dessa forma, os irmãos Wesley e Joesley Batista – presos por pagamento de propina a políticos durante a Operação Lava-Jato – decidiram romper o contrato e reivindicar seus direitos. Por isso, a fazenda da família da deputada está ameaçada. A Justiça determinou o leilão extrajudicial do imóvel.

PRIMEIRO ESCALÃO DE BOLSONARO

Tereza Cristina foi anunciada pelo presidente Jair Bolsonaro como a nova ministra da Agricultura em 7 de novembro de 2018. A escolha foi oficializada exatamente um mês depois de a parlamentar ter sido reeleita, com pouco mais de 75 mil votos, para seu segundo mandato consecutivo na Câmara dos Deputados. Ela foi escolhida enquanto ocupava o cargo de presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, a face mais organizada da chamada “bancada ruralista”, formada na legislatura passada por 234 deputados federais (de um total de 513) e 27 senadores (total de 81) e que defende os interesses do agronegócio.

Ainda no primeiro turno, a deputada anunciou o apoio da frente a Bolsonaro, mesmo com o partido dela tendo apoiado oficialmente a candidatura do ex-governador de São Paulo, Geraldo Alckmin.¹⁸ Ela conseguiu articular o apoio dos demais integrantes da frente a Bolsonaro antes do primeiro turno, ao ligar pessoalmente para os membros do grupo de lobby.

E o presidente eleito não tardou em retribuir o apoio. No primeiro dia de governo, Bolsonaro já atendeu a uma das principais demandas da bancada ruralista logo no início do governo, ao deixar a demarcação de terras nas mãos do Ministério da Agricultura.¹⁹ A Fundação Nacional do Índio (Funai), vinculada ao Ministério da Justiça, era a responsável pelas terras indígenas nos governos anteriores. E o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), ligado à Casa Civil, pela definição das comunidades remanescentes de quilombos, formadas por descendentes de africanos escravizados no Brasil. A Funai foi transferida na atual gestão para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e o Incra ficou no Ministério da Agricultura.

Na nova configuração, o Ministério da Agricultura também absorveu o Serviço Florestal Brasileiro (SFB), órgão responsável pelo monitoramento ambiental dos imóveis rurais do país, incluindo dados como a área de vegetação preservada

e a existência de nascentes. Para gerenciar o SFB, anteriormente vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, Tereza Cristina indicou o ex-deputado e membro da bancada ruralista, Valdir Colatto, ex-presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária. Derrotado na tentativa de se reeleger em outubro, Colatto é autor de um projeto de lei que libera a caça de animais silvestres e já protagonizou conflitos com camponeses no estado de Rondônia, na Amazônia.²⁰

A disposição do governo para enfraquecer a política de demarcação de terras indígenas vai além do esvaziamento da Funai. Ela passa pela escolha do Ministério da Agricultura para fazer as demarcações de terras e pela figura da própria ministra. Como deputada, ela já havia se destacado pela defesa de políticas anti-indígenas.

Em agosto de 2018, Tereza Cristina pediu ao então ministro da Justiça, Torquato Jardim, a suspensão da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, que buscava destravar processos como a demarcação de terras indígenas e quilombolas.²¹ Em 2017, a parlamentar foi autora de um requerimento convocando audiência pública para discutir a liberação de terras indígenas para empreendimentos agrícolas.

Tereza Cristina também foi subrelatora da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Funai e do Incra, em 2017. Composta majoritariamente por ruralistas, a comissão acabou sugerindo o indiciamento de lideranças indígenas, entidades e profissionais que trabalham pelos direitos dos povos tradicionais.

O CLÃ DE TEREZA CRISTINA

Avô-governador destinou terras públicas irregulares

Não é de hoje que a atuação da família Corrêa da Costa na questão agrária favorece grupos econômicos em detrimento da população. O avô da ministra Tereza Cristina foi governador do Mato Grosso na primeira metade dos anos 1950. Durante sua gestão, Fernando Corrêa da Costa

entregou terras públicas para empresas privadas, gerando uma disputa judicial que se arrastou no Supremo Tribunal Federal (STF) até 2013.²² Com início em 1959, foi um dos processos mais longos da história da Corte. A Constituição de 1946, em vigor na época da cessão de terras, impedia a alienação de áreas superiores a 10 mil hectares para um único beneficiário sem autorização do Senado. A gestão de Corrêa da Costa descumpriu esse trâmite.

Na ação, além do governo do Mato Grosso, são citadas como réis seis empresas que foram beneficiadas pela entrega das terras para colonização, entre elas a Construções e Comércio Camargo Corrêa, antecessora de uma das principais empreiteiras do país. Ao todo, vinte empresas receberam áreas da ordem de 200 mil hectares cada uma. Ao todo, a área de 4 milhões de hectares é equivalente ao tamanho da Holanda e da Suíça. Ao fim do processo, os ministros concluíram que a cessão foi ilegal, mas os contratos não poderiam ser cancelados em nome da segurança jurídica e da proteção à confiança legítima, porque a colonização já tinha gerado uma “situação factual consolidada”, com a criação de diversos municípios nas áreas entregues.

Durante o julgamento no STF, o ministro Ricardo Lewandowski, um dos que foram voto vencido, destacou que a colonização dos dois estados gerou concentração de terras e de renda. “Mato Grosso é o estado com o maior número de latifúndios no país, 8.428 propriedades que abocanham 69% do território estadual. Cada uma com mais de 3,5 mil hectares, elas são 8,9% do total de imóveis registrados. Trata-se da segunda maior concentração de latifúndios calculada proporcionalmente, perdendo apenas para a do vizinho Mato Grosso do Sul, com 92%”, disse.

Também voto vencido, o ministro Marco Aurélio de Mello lembrou que a distribuição das terras, segundo relatos dos anos 1950, causou prejuízos a colonos e indígenas, com a entrega de áreas incidentes em territórios indígenas. A cessão foi feita quando já havia uma campanha para a

criação do Parque Nacional do Xingu, que só seria oficializado em 1961. A reserva foi alvo de contestações do estado do Mato Grosso. Além da proteção aos povos e à cultura indígena, o parque também ganhou uma importância ambiental. Nos últimos 30 anos, 66% das florestas nas adjacências foram desmatadas e substituídas por grandes monoculturas de base agroquímica.²³ As secas, os agrotóxicos, as pragas e o fogo descontrolado impactam diretamente na disponibilidade de recursos naturais importantes para os índios.

As denúncias contra a cessão das terras geraram uma CPI no Senado em 1955, que concluiu pelo envio das conclusões ao Procurador-Geral da República para as medidas judiciais necessárias à anulação dos atos praticados pelo governo de Corrêa da Costa. Com base em um relatório enviado pelo ministro da Agricultura da época, Filinto Müller, o senador Heitor Medeiros, proponente da comissão, apontava que a intermediação das colonizadoras aumentava em até 3.750% o custo da terra para os colonos, o que resultava num lucro “fabuloso” para essas empresas.²⁴

Parentes da ministra em guerra com os povos indígenas

O pai de Fernando, Pedro Celestino Corrêa da Costa, bisavô de Tereza Cristina, também já havia sido governador do Mato Grosso em duas oportunidades, nas décadas de 1910 e 1920. Edith, irmã de Fernando, se casou com Virgílio Alves Corrêa, escritor tido como autor da história oficial do estado. O casamento também deu parentesco a duas das famílias mais tradicionais da política local. Do lado Corrêa da Costa, a família também teve os governadores Antônio, na década de 1830, e Mário, nos anos 1920 e 1930. Os Alves Corrêa governaram o estado nos anos 1920, com Estêvão.

Nos anos seguintes, as duas famílias mantiveram o poder econômico como proprietários rurais e seguem em conflito com indígenas e camponeses, além de outros problemas socioambientais. Mônica Alves Corrêa e Mirian Alves Corrêa são

donas da fazenda Esperança, em Aquidauana, no Mato Grosso do Sul, dentro de uma área indígena reivindicada pelo povo Terena. Um laudo antropológico aponta fraude na aquisição das terras.²⁵

Os Corrêa da Costa também enfrentaram outros problemas na esfera judicial. Familiar da ministra, o médico Filinto Corrêa da Costa e seus dois filhos, o advogado João Celestino Corrêa da Costa Neto e o empresário Filinto Corrêa da Costa Junior foram investigados pela Operação Seven, que apurava um esquema de desvio de R\$ 7 milhões do Estado.²⁶ Segundo o Ministério Público estadual, uma das operações irregulares foi feita por meio da compra de uma área rural de 727 hectares na região do Lago de Manso, na Chapada dos Guimarães, reconhecida como um dos principais destinos turísticos do Brasil. O vendedor era o médico Filinto Corrêa da Costa. O preço pago foi superfaturado em R\$ 4 milhões em relação ao valor de mercado. Mas os Corrêa da Costa acabaram absolvidos pelo Tribunal de Justiça.

Outros grandes proprietários cujos sobrenomes remetem às famílias²⁷ também estão envolvidos em conflitos com indígenas. No município de Corumbá, no Mato Grosso do Sul, o coração do Pantanal, Rovilson Alves Corrêa tem uma disputa por terras com os indígenas Kadiwéu, que alegam que seus territórios tradicionais foram ocupados.²⁸ Eles chegaram a ocupar a propriedade, chamada Fazenda Limoeiro, por duas vezes nos últimos anos. A fazenda possui 538 mil hectares, sendo que 160 mil estão em disputa na Justiça desde 1987. A demarcação da reserva dos Kadiwéu foi feita em 1981. Rovilson também é dono da Fazenda São Vicente, de 11,3 mil hectares, na região de Dourados, que é usada pelo Exército para treinamentos de guerra na Operação Pantanal.

Dono da fazenda Guanandy, em Ponta Porã, Guy de Ferran Correa da Costa foi acusado de outra irregularidade grave ainda comum no ambiente rural brasileiro. Ele foi incluído na lista suja do trabalho escravo em 2013. Foram 13 autos de infração na propriedade.²⁹ Entre

as irregularidades citadas estão a falta de treinamento específico para os trabalhadores que utilizavam motosserra; existência de motosserra sem trava de segurança do acelerador; falta de registro dos trabalhadores em livro; a área de pernoite feita em lona, escorada com pedaço de madeira; ausência de uma lavanderia; inexistência de instalações sanitárias e de local destinado ao preparo de refeições. Também não havia local próprio para as refeições, tendo os empregados que se espalhar para conseguirem a melhor acomodação possível. A área de descanso era de terra batida, em lona e sem camas. Não eram fornecidas roupas de cama, a despeito do frio intenso à época da vistoria. Os banhos eram no córrego e as necessidades fisiológicas feitas ali mesmo em um buraco cavado no chão. Não havia no local material disponível aos primeiros socorros. O fogão era improvisado no chão; não era fornecida água em condições higiênicas. Os empregados pegavam água do córrego, que ficava armazenada em baldes reutilizados e guardados próximo ao chão e sem proteção.

ASSESSOR ENVOLVIDO COM MILÍCIAS ARMADAS

Na questão da demarcação de terras, o principal assessor da ministra Tereza Cristina é Luiz Antônio Nabhan Garcia, presidente da União Democrática Ruralista (UDR), entidade que defende os interesses dos grandes proprietários de terras no meio rural, principalmente em questões como o combate à reforma agrária e a demarcações de terras.

Nabhan Garcia é conhecido por sua defesa incondicional dos grandes proprietários rurais e pela virulência retórica contra os sem-terra e os avanços da reforma agrária. No início do ano, o assessor de Tereza Cristina disse não saber qual seria o orçamento para a democratização do acesso à terra. “Pode ter certeza de que será muito menor, mas muito menor de todo o dinheiro que foi gasto nessa favelização agrária do Brasil”, afirmou. “Reforma agrária até hoje no Brasil foi uma vergonha, uma afronta à própria democracia”.³⁰

Em 2005, a CPMI da Terra,³¹ comissão parlamentar que investigava a atuação de milícias no campo, pediu o indiciamento de Nabhan Garcia por porte ilegal de armas e contrabando. Durante a comissão, o latifundiário e a UDR foram investigados sob a acusação de organizarem milícias privadas na região do Pontal do Paranapanema, no oeste do estado de São Paulo, próximo à divisa com o Mato Grosso do Sul, com o objetivo de intimidar integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Localizada no estado mais rico do país, a região do Pontal é formada majoritariamente por terras públicas foram invadidas por fazendeiros. É historicamente a região do estado onde há mais conflitos armados por terra. O relatório foi derrubado pelo plenário da comissão e substituído por um alternativo, elaborado por um membro da bancada ruralista, Abelardo Lupion, próximo do atual ministro-chefe da Casa Civil do governo Bolsonaro, Onyx Lorenzoni. A bancada do agronegócio na CPMI da Terra criminalizou o MST e conseguiu evitar a quebra do sigilo da UDR.

Em julho de 2003, um grupo de fazendeiros da região resolveu posar para o Jornal Nacional, da Rede Globo, com armas em punho. Eles anunciavam a formação de um centro de treinamentos onde se preparavam para resistir às ações do MST. O objetivo era apresentar um poderio paramilitar para intimidar os sem-terra, com armas proibidas no Brasil e de uso restrito das Forças Armadas. Mascarados, alguns integrantes do grupo, segundo a reportagem publicada no jornal, eram “jagunços e pistoleiros trazidos do Mato Grosso”.

Dias depois, o fazendeiro Manoel Domingues Paes Neto, cuja família é amiga de Nabhan e dona de uma fazenda em Sandovalina próxima à dele, foi preso em flagrante pela Polícia Federal por porte ilegal de armas. Com ele, foram apreendidas carabinas, pistolas, fuzis e munição. Em seu depoimento à delegada Miriam Takano, Paes apontou Nabhan e dois outros fazendeiros da região como donos de parte do arsenal.

Paes chegou inclusive a identificar Nabhan na foto publicada no jornal O Estado de S.Paulo. Ele seria o quinto da esquerda para direita, com um boné com a logomarca da Mercedes-Benz. Paes conta que Nabhan convidou ele e o pai para participar da foto, mas ambos declinaram porque já haviam sido presos em 1997 por atirar contra um grupo de sem-terras, deixando um homem e uma mulher gravemente feridos, por disparos na barriga, e um adolescente de 13 anos foi atingido de raspão na cabeça. Uma entrevista dada pela mãe de Paes ao jornal Oeste Notícias dá a dimensão de como os fazendeiros da região viam esses casos de violência. Ela se dizia “apreensiva e orgulhosa” com a prisão do filho. Dizia que “ele fez o que deveria ser feito” e que esperava que ele continuasse da mesma forma, “agindo como homem”.

A ligação de Nabhan com ruralistas de outras regiões vai além da representatividade da UDR. Nos anos 1980, seu sogro, Alcides Parzianello, comprou 67 mil hectares incidentes em terras indígenas em Diamantino e Tangará da Serra, no Mato Grosso. Da fazenda adquirida por Parnaziello, 89% da gleba estava compreendida nas reservas indígenas: 22.442 hectares da Terra Indígena Pareci e 44.703 hectares da Terra Indígena Utiariti.³² A área irregular abrangia um território do tamanho de Bahrein, ou de Singapura.

O território indígena foi delimitado em 1982 e homologado em 1991, oito anos após a conclusão do negócio. Os dois territórios são ocupados por indígenas da etnia Paresí. A TI Pareci foi reservada como área indígena por um decreto de outubro de 1968 e outro de junho de 1983. A TI Utiariti também foi declarada indígena duas vezes: em novembro de 1983 e abril de 1986. Embora as demarcações de terras indígenas já existissem antes da Constituição de 1988, foi definido nela o atual modelo demarcatório, que reconhece áreas para pesca, coleta e caça, além do aldeamento. O Ibama multou em junho fazendeiros e associações indígenas por causa da produção – ilegal – de soja transgênica em terras indígenas, entre elas a TI Pareci.

Quando foi candidato a deputado federal, em 2006, Nabhan Garcia declarou à Justiça Eleitoral quase 1.500 hectares de terras em no Mato Grosso, no município de Nova Uiratã.³³ Elas foram declaradas por R\$ 3,3 milhões, quase a metade de seu patrimônio na época, de R\$ 7 milhões. Nessa mesma região, um grupo de fazendeiros ligados ao Sindicato Rural de Paranatinga tenta evitar a demarcação da Terra Indígena Roro-Walu, território tradicional da etnia Ikpeng. Essa identificação foi iniciada em 2005 e suspensa por liminar da Justiça em 2016. O processo de demarcação só foi retomado há dois meses, em setembro, quando o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) derrubou a liminar.

O sindicato afirma representar 50 fazendeiros com terras dentro do território indígena. Alega que no território em análise estão 40 mil hectares de produção de grãos, além de uma área destinada à pecuária. Na região ficam uma parte do Parque Nacional do Xingu e outras duas terras indígenas demarcadas: uma delas, a Marechal Rondon e Bakairi; a outra, a Hoohi, ambas em processo de estudos.

Atualmente, Nabhan Garcia é dono de fazendas de soja, milho e algodão no Mato Grosso, e de plantio de eucaliptos e pecuária no Mato Grosso do Sul.

###

NOTAS FINAIS

1. Fuhrmann, L. (2018, October 4). Bolsonaro quer exploração da Amazônia “em parceria com os Estados Unidos”. De Olho nos Ruralistas. Retrieved from <https://deolhonosruralistas.com.br/2018/10/04/bolsonaro-quer-exploracao-da-amazonia-em-parceria-com-os-estados-unidos/>
2. Deputada Federal Tereza Cristina (2018). Biography. Official webpage. Retrieved from <http://terezacristinams.com.br/biografia/>
3. Brasil (2017). Lei nº 13.465, de 11 de Julho de 2017. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 12 jul. 2017. Seção 1. Pg. 1.
4. Jiménez, C. (2017, September 26). Renca: Temer revoga polêmico decreto que ameaça reservas da Amazônia. El País Brasil. Retrieved from https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/25/politica/1506372008_097256.html
5. Repórter Brasil (2018). Ruralômetro – Tereza Cristina (DEM-MS). Retrieved from <https://ruralometro.reporterbrasil.org.br/politicos/tereza-cristina>
6. Idec (2018, April 26). Organizações enviam carta contra projeto que exclui “T” das embalagens. Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. Retrieved from <https://idec.org.br/noticia/organizacoes-enviam-carta-contra-projeto-que-exclui-t-das-embalagens>
7. Boldrini, A. (2018, June 26). Ruralistas festejam ‘musa do veneno’ em festa após aprovação de relatório sobre agrotóxicos. Folha de S. Paulo. Retrieved from <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/06/ruralistas-festejam-musa-do-veneno-em-festa-apos-aprovacao-de-relatorio-sobre-agrotoxicos.shtml>
8. Companhia Nacional de Abastecimento (2018). Portal de Informações Agropecuárias: Observatório Agrícola. Séries Históricas. Retrieved from <https://portaldeinformacoes.conab.gov.br/index.php/safra-serie-historica-dashboard>
9. Projeto MapBiomass (2018). Coleção 3 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil. Retrieved from <http://mapbiomas.org>
10. Companhia Nacional de Abastecimento (2018). Idem.
11. Imaflora (2017). Atlas da Agropecuária Brasileira. Retrieved from <http://atlasagropecuario.imaflora.org/>
12. Ibidem.
13. Comissão Pastoral da Terra (2018). Conflitos no Campo Brasil 2017. Retrieved from <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/4371-conflitos-no-campo-brasil-2017>
14. Tribunal Superior Eleitoral. Repositório de Dados Eleitorais. Retrieved from <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1/repositorio-de-dados-eleitorais>
15. Indriunas, L. (2018, October 2). Artífice do apoio ruralista a Bolsonaro, deputada do MS legisla em prol dos seus financiadores. De Olho nos Ruralistas. Retrieved from <https://deolhonosruralistas.com.br/2018/10/02/artifice-do-apoio-ruralista-a-bolsonaro-deputada-do-ms-legisla-em-prol-dos-seus-financiadores/>
16. Indriunas, L. (2018, November 8). Futura ministra da Agricultura, Tereza Cristina trabalha para tirar direitos dos indígenas. De Olho no Mato Grosso do Sul, De Olho nos Ruralistas. Retrieved from <https://deolhonosruralistas.com.br/deolhonoms/2018/11/08/futura-ministra-da-agricultura-tereza-cristina-trabalha-para-tirar-direitos-dos-indigenas/>
17. Congresso em Foco (2018, November 18). Tereza Cristina deu incentivo fiscais à JBS quando era secretária estadual. Retrieved from <https://congressoemfoco.uol.com.br/governo/tereza-cristina-deu-incentivo-fiscais-a-jbs-quando-era-secretaria-estadual/>
18. Frente Parlamentar da Agropecuária (2018, October 2). NOTA OFICIAL: FPA declara apoio a Jair Bolsonaro. Retrieved from <https://agencia.fpagropecuaria.org.br/2018/10/02/nota-oficial-fpa-declara-apoio-a-jair-bolsonaro/>
19. Brasil (2019). Medida Provisória nº 870, de 1º de Janeiro de 2019. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 1 jan. 2019. Seção 1 – Especial. Pg. 1-13.
20. Fuhrmann, L. (2019, January 18). Novo chefe do Serviço Florestal, Colatto adquiriu terras públicas em Rondônia durante a ditadura. De Olho nos Ruralistas. Retrieved from <https://deolhonosruralistas.com.br/2019/01/18/novo-chefe-do-servico-florestal-colatto-adquiriu-terras-publicas-em-rondonia-durante-a-ditadura/>
21. Bassi, B. S. (2018, August 17). Ruralistas pedem suspensão dos processos de demarcação de terras indígenas e quilombolas. De Olho nos Ruralistas. Retrieved from <https://deolhonosruralistas.com.br/2018/08/17/ruralistas-pedem-suspensao-dos-processos-de-demarcacao-de-terras-indigenas-e-quilombolas/>
22. Supremo Tribunal Federal (2012). Ação Cível Originária (ACO) 79 MT. Relator: Ministro Cesar Peluso. DJ 28.May.2012. Retrieved from <https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/22085314/acao-civel-originaria-aco-79-mt-stf>
23. Harari, I. (2018, April 13). Parque Indígena do Xingu comemora 57 anos. Blog do Xingu, Instituto Socioambiental (ISA). Retrieved from <https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-xingu/parque-indigena-do-xingu-comemora-57-anos>
24. Brasil (1955). Diário do Congresso Nacional, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 7 jul. 1955. Seção II. Pg. 1649-1650. Retrieved from <https://legis.senado.leg.br/diarios/BuscaPaginasDiario?codDiario=12817&seqPaginaInicial=11&seqPaginaFinal=14>
25. Sanchez, I. (2019, February 18). Família da ministra Tereza Cristina tem conflito histórico com índios em MS. MS News. Retrieved from <https://www.msnews.com.br/noticia/67962/familia-da-ministra-tereza-cristina-tem-conflito-historico-com-indios-em-ms>
26. Anjos, L. (2016, June 24). Treze são denunciados em MT por suspeita de lavagem de R\$ 7 milhões. G1 Mato Grosso, TV Centro América. Retrieved from <http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2016/06/treze-sao-denunciados-em-mt-por-suspeita-de-lavagem-de-r-7-milhoes.html>
27. O exato grau de parentesco de Rovilson Alves Corrêa e Guy de Ferran Correa da Costa com a ministra Tereza Cristina não pode ser apurado.
28. Jornal Nacional (2013, August 24). Produtores dizem que índios têm saqueado propriedades em Corumbá. TV Globo. Retrieved from <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2013/08/produtores-dizem-que-indios-tem-saqueado-propriedades-em-corumba.html>
29. Wroblewski, S. (2014, January 2). Cresce número de casos de trabalho escravo urbano na ‘lista suja’. Repórter Brasil. Retrieved from <https://reporterbrasil.org.br/2014/01/cresce-numero-de-casos-de-trabalho-escravo-urbano-na-lista-suja/>
30. Bilenky, T. (2018, November 14). MST tem mesmo de se preocupar, afirma ruralista nomeado por Bolsonaro. Folha de S. Paulo. Retrieved from <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/mst-tem-mesmo-de-se-preocupar-afirma-ruralista-nomeado-por-bolsonaro.shtml>
31. Brasil (2005). Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra: Relatório Final. Congresso Nacional. Retrieved from <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/84969/CPMITerra.pdf?sequence=7>
32. Fuhrmann, L. (2018, November 28). Sogro de Nabhan Garcia comprou 67 mil hectares de terras indígenas no Mato Grosso nos anos 80. De Olho nos Ruralistas. Retrieved from <https://deolhonosruralistas.com.br/2018/11/28/sogro-de-nabhan-garcia-comprou-67-mil-hectares-de-terras-indigenas-no-mato-grosso-nos-anos-80/>
33. Tribunal Superior Eleitoral. Repositório de Dados Eleitorais. Retrieved from <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1/repositorio-de-dados-eleitorais>